



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO CAMPO**

JULIANA FERREIRA DE SANTANA ARANHA MARTINS

**O SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES E
AGRICULTORAS FAMILIARES DE URANDI-BA COMO INSTÂNCIA
FORMATIVA E DE PARTICIPAÇÃO DE MULHERES CAMPONESAS NA LUTA
SINDICAL**

Guanambi - BA

2018

JULIANA FERREIRA DE SANTANA ARANHA MARTINS

**O SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES E
AGRICULTORAS FAMILIARES DE URANDI-BA COMO INSTÂNCIA
FORMATIVA E DE PARTICIPAÇÃO DE MULHERES CAMPONESAS NA LUTA
SINDICAL**

Artigo apresentado como Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização em Educação do Campo do Departamento de Educação – DEDC/Campus XII da Universidade do Estado da Bahia.

Orientadora: Sônia Maria Alves de Oliveira Reis

Linha de pesquisa: Educação do campo, Educação de Jovens e Adultos e Movimentos Sociais. Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão Educacional Paulo Freire (Nepe/CNPq).

Guanambi - BA

2018

**O SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES E
AGRICULTORAS FAMILIARES DE URANDI-BA COMO INSTÂNCIA FORMATIVA
E DE PARTICIPAÇÃO DE MULHERES CAMPONESAS NA LUTA SINDICAL**

Juliana Ferreira de Santana Aranha Martins¹

Sônia Maria Alves de Oliveira Reis²

RESUMO

Esta pesquisa apresenta o percurso de mulheres camponesas na luta sindical e algumas práticas educativas realizadas pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Urandi/BA – STTR, e avalia como essas práticas oportunizadas pelo Sindicato contribuem para o processo de formação, emancipação e autonomia destas mulheres trabalhadoras rurais. O estudo revela também um levantamento bibliográfico acerca de algumas produções que discorrem sobre a temática da luta das mulheres. A coleta de dados ocorreu mediante análise documental, utilização de entrevistas realizadas com mulheres sindicalizadas protagonistas desta história e registros no diário de campo constituído a partir das práticas educativas observadas, metodologia pautada nos princípios da pesquisa qualitativa. O embasamento das discussões ocorreu a partir de estudiosos da área a exemplo de Cisne (2012); Pimenta (2013). A pesquisa evidenciou que muitas mulheres conquistaram sua emancipação, autonomia e uma consciência crítica com relação as desigualdades de gênero, devido a participação em espaços de educação não formal, porém esta participação é marcada por um exercício cotidiano de lutas.

Palavras-chave: Mulheres Camponesas. Participação. Sindicalismo. Autonomia.

ABSTRACT

This research presents the trajectory of peasant women in the union struggle and some educational practices carried out by the Union of Farm Workers and Family Farmers of Urandi - BA - STTR, and evaluates how these practices facilitated by the Union contribute to the process of formation, emancipation and autonomy of these rural women workers. The study also reveals a bibliographical survey about some productions that discuss the theme of women's struggle. Data collection was done through documentary analysis, the use of interviews with unionized women protagonists of this history and records in the field diary constituted from the observed educational practices, methodology based on the principles of qualitative research. The basis of the discussions came from scholars in the area, such as Cisne (2012); Pimenta

¹Graduada em Pedagogia, Agricultora Familiar, Presidenta do Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Urandi/BA, concluinte do curso de especialização *Lato Sensu* em Educação do Campo no DEDC/Campus XII da Uneb. E-mail: anailuj.ana@hotmail.com

² Professora adjunta no Departamento de Educação – DEDC XII da Uneb. Líder do grupo de pesquisa Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão Educacional Paulo Freire (Nepe/CNPq) e membro da linha de pesquisa Educação do campo, Educação de Jovens e Adultos e Movimentos Sociais. E-mail: sonia_uneb@hotmail.com

(2013). Research has shown that many women have gained their emancipation, autonomy and a critical awareness of gender inequalities due to participation in non-formal spaces.

Key words: Peasant Women. Participation. Syndicalism. Autonomy.

1 Introdução

O desejo de conhecer os modos de participação cidadã de mulheres trabalhadoras rurais sindicalizadas e seus percursos de formação e atuação nos movimentos sociais e sindicais se ancora em minha própria história de vida³, pois cresci acompanhando a rotina diária de minha família homens e mulheres – sindicalistas e camponeses – que atuavam na zona rural e no Sindicato do município de Urandi, interior da Bahia, distante 758 km da capital baiana. Com eles, tive meus primeiros contatos com a militância e o trabalho comunitário.

Nesse contexto, este artigo objetiva analisar como os processos formativos desenvolvidos pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares de Urandi/BA- STTR contribuem para a emancipação e autonomia das mulheres do campo. Para isso, busca identificar os espaços formativos oportunizados pelo Sindicato, destacando os limites e possibilidades de participação das mulheres do campo. Pretendemos ainda apresentar algumas das ações realizadas pelo STTR de Urandi, tanto nas comunidades rurais quanto na sede do município que tem com o propósito formar os trabalhadores e as trabalhadoras da Agricultura Familiar.

A luta das mulheres em defesa da igualdade de direitos civis, políticos, jurídicos e econômicos, de valorização profissional, de participação cidadã em espaços públicos e privados não é recente, e muito menos surgiu de um movimento espontâneo ou de uma ideia impensada. Surge em detrimento das formas de relações de gênero dadas em uma sociedade patriarcal e capitalista. O fato das mulheres serem desvalorizadas e subordinadas não é por motivos naturais, mas sim, por uma questão histórica, uma produção e reprodução determinada por esta sociedade.

Sendo assim, o debate em torno da luta das mulheres por igualdade, emancipação, autonomia, equiparação ao homem em direitos civis, jurídicos, políticos e econômicos entre outros objetivos, não devem, segundo Cisne (2012, p. 97) acontecer de forma isolada, “é imprescindível relacionar a luta das mulheres como um movimento legítimo contra as desigualdades, na e com a luta da classe trabalhadora”. A luta das mulheres está inteiramente ligada a luta de classe, por igualdade social e por um projeto popular, contra o capitalismo, pois

³ Início este relato em primeira pessoa do singular (eu), pois este trecho está relacionado a uma vivência pessoal com o objeto de pesquisa.

não haverá emancipação e autonomia para as mulheres enquanto dominar o capital que oprime e explora a vida das mulheres.

Posto isso, é necessário à permanência do debate sobre a organização das mulheres camponesas, além de novos estudos sobre a temática, pois “muitas não percebe sua condição de mulher, subordinada e explorada nessa sociedade, o que contraria a enorme necessidade de organização dessas mulheres para lutarem por uma nova ordem societária”(CISNE, 2012, p. 92).

A pesquisa foi realizada no Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares de Urandi/BA- STTR, com a finalidade de apresentar aspectos do contexto histórico, social e político da entidade, destacando os processos formativos desenvolvidos, principalmente com as mulheres. A coleta de dados ocorreu mediante análise documental, utilização de entrevistas e filmagens realizadas na ocasião do aniversário de 44 anos do STTR, em maio de 2018, e registros no diário de campo constituído a partir das práticas educativas observadas e das entrevistas analisadas. A análise documental possibilitou contextualizar e caracterizar a instituição nesse processo de estudo, situando-a no passado e no presente.

Foram entrevistadas mulheres agricultoras familiares, todas sindicalistas e dirigentes sindicais, cujas identidades foram preservadas, mas que aqui se autodenominaram por Margarida, Jasmim, Girassol e Fênix⁴. Estas mulheres no decorrer da militância tornaram-se protagonistas de suas histórias e donas da própria vida, que inseridas em diversos espaços puderam superar limites impostos por uma sociedade machista e que espelham exemplos de luta e conquista para outras pessoas.

As entrevistas objetivaram identificar de que modo ocorreu a participação destas mulheres nas atividades realizadas pelo STTR e como contribuíram para sua autonomia. Quanto à documentação analisada: livros de registro de associados, livros de atas; materiais produzidos pela entidade, como vídeos, e a revista *Memórias, Trajetórias e Lutas: A história do STTR de Urandi*, publicada em junho de 2018, que aborda a construção da história do Sindicato, foram selecionados devidos conter registros da história da entidade, bem como a história de luta das mulheres trabalhadoras rurais⁵. A soma de todos os recursos utilizados na pesquisa formou um conjunto de procedimentos metodológicos para a produção dos dados

⁴ Estas mulheres foram entrevistadas pela pesquisadora e para preservar a identidade foram usados nomes fictícios indicados por elas.

⁵ No trabalho usamos trechos das falas concedidas pelas mulheres Diulice, Honorinda, Custódia, Hely que se encontram no vídeo e na revista produzida pelo STTR de Urandi/BA em maio de 2018. Os nomes são reais, pois estão publicados com autorização das entrevistadas tanto no vídeo quanto na revista.

empíricos deste estudo.

A compreensão dos dados fundamentou-se nos pressupostos da abordagem qualitativa, que possui as seguintes características: a interação entre o pesquisador e o objeto pesquisado, a ênfase no processo, a permissão da modificação de técnicas de coleta, a revisão de questões, a localização de novos sujeitos, a revisão de toda a metodologia durante o desenrolar do trabalho, a preocupação em retratar a visão pessoal dos participantes, o trabalho de campo, a descrição e a indução. Tal metodologia visa, portanto, à descoberta de novos conceitos, novas relações, novas formas de entendimento da realidade (GREEN; DIXON; ZAHARLICK, 2005).

No texto que desenvolvemos a seguir, apresentamos a sistematização da discussão central desse trabalho. Fizemos um breve relato dos estudos e pesquisas sobre mulheres camponesas sindicalizadas. Em seguida, apontamos alguns espaços formativos oportunizados pelo STTR de Urandi destacando como se dão e quais os desdobramentos dessas práticas educativas para as pessoas beneficiadas. Para finalizar, expomos diferentes formas de participação, principalmente das mulheres trabalhadoras rurais, agricultoras familiares que são jovens, adultas ou idosas.

2 Mulheres camponesas sindicalizadas e seus percursos de formação: o que revelam as pesquisas?

Por meio do levantamento bibliográfico acerca das pesquisas que discutem sobre: mulheres camponesas, trabalhadoras rurais e sindicalistas; processos formativos e atuação de mulheres camponesas nas comunidades em que vivem; práticas educativas e relações de gênero em Movimentos de Mulheres Camponesas (MMC); foi possível constatar que existem poucas produções que discorrem sobre estas temáticas, visto que em um período de dez anos (2007 a 2017) encontramos apenas 48 trabalhos apresentados na Anped, no Banco de Teses e dissertações da Capes, na biblioteca virtual do IBICT, na biblioteca virtual da UNEB, *Campus XII*, no evento Fazendo Gênero e no Google acadêmico.

Quadro 1: Produções científicas sobre mulheres camponesas (2007-2017)

Produções e eventos/anos	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Capes	1	-	-	1	1	2	1	3	1	2	-
Ibict	-	-	-	-	2	1	-	2	-	2	1
Anped	-	-	-	1	-	2	-	-	3	-	2
Fazendo gênero	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	8
Google acadêmico	-	-	-	2	2	-	4	-	-	-	-
TCC Unebcampus XII	-	-	-	1	-	1	-	-	-	-	1

Subtotal	1	1	-	5	5	6	5	5	4	4	12
Total	48										

Fonte: Elaborado pelas autoras com dados da pesquisa

Ao ler estas pesquisas notamos que as mesmas discutem uma série de fatores a respeito de mulheres camponesas incluindo cultura, saúde, educação, bandeiras de lutas, atuação comunitária, práticas educativas formais e não formais, entre outros. As pesquisas revelam que o MMC surge como espaço de luta na conquista de direitos, dando uma atenção maior na saúde e na valorização das mulheres.

Ao analisarmos os Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) encontrados na biblioteca da UNEB – *Campus XII*, no período de 2007 a 2017, que versam sobre mulheres camponesas identificamos que dois deles são do curso de Pedagogia, apresentado nos anos de 2010 e de 2017, e o outro de Administração apresentado no ano 2012. Nos demais cursos não foram identificados nenhum trabalho relacionado com o objeto de estudo desta pesquisa.

Quadro 2: TCC sobre Mulheres Camponesas - UNEB, *Campus XII*(2007 a 2017)

CURSO	TEMÁTICA DO TCC	AUTOR	ANO
Pedagogia	Educação não formal e Movimentos Sociais do Campo: instâncias formativas e instrumento de politização das mulheres trabalhadoras rurais sindicalizadas. (Monografia)	Adriana de Oliveira Ribeiro Denise dos Santos Prates Maria Madalena Pereira de Jesus	2010
	Trajetórias de vida, atuação comunitária e práticas educativas de mulheres camponesas de Caculé – Bahia. (Monografia)	Gleiciara Ferreira Silva Janete Silva Brito Oliveira	2017
Educação Física	-	-	-
Enfermagem	-	-	-
Administração	De olhos abertos lhe direi: as contribuições do projeto de sementes crioulas desenvolvido pelo Movimento de Mulheres Camponesas no município de Pindaí-BA (Monografia).	Jarbas Vieira da Silva	2012

Fonte: Elaborado pelas autoras com dados da pesquisa

No estudo “Educação não formal e movimentos sociais do campo: instâncias formativas e instrumento de politização das mulheres trabalhadoras rurais sindicalizadas”, Ribeiro; Prates e Jesus (2010) apresentaram uma revisão bibliográfica cuja finalidade foi fazer uma reflexão baseada em diversos autores que discutem a educação não formal construída a partir dos

movimentos sociais de trabalhadoras rurais e apresentam como se dá a organização e a formação de mulheres camponesas sindicalizadas.

Já o trabalho de Silva e Oliveira (2017) apresenta trajetórias de vida, atuação comunitária e práticas educativas realizadas e/ou vivenciadas por mulheres que participam do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) de Caculé-BA. Ao analisarem os perfis traçados das mulheres do MMC de Caculé, constataram que foi longa a trajetória trilhada por elas até a conquista do espaço público. Como filhas de pequenos agricultores, aprenderam desde cedo as lidas do campo. Suas infâncias foram marcadas pela religiosidade popular, por dificuldades de sobrevivência e difícil acesso à escola. Todas encontraram nos movimentos sociais e religiosos sentido, motivos e mesmo condições para enfrentarem as discriminações de gênero e as desigualdades de poder existentes na família e na sociedade. As práticas educativas de geração de renda, combate ao uso de agrotóxico, acesso à água por meio da aquisição de cisternas de consumo, acesso ao Pronaf, a garantia safra, assistência técnica, processamento e beneficiamento de polpas de frutas, cursos de formação e outras, realizadas pelo MMC bem como seus ideais e as estratégias encontradas para enfrentar as dificuldades simbolizam o processo de crescimento e empoderamento das mulheres tanto no aspecto individual quanto no aspecto coletivo e social. A disposição para o trabalho coletivo, a abertura para o novo, o acolhimento e o respeito a quem chega no grupo faz a diferença e encoraja para a luta.

Na pesquisa “De olhos abertos lhes direi: as contribuições do projeto de sementes crioulas desenvolvido pelo Movimento de Mulheres Camponesas no município de Pindaí-BA”, Silva (2012) destacou como objetivo investigar as contribuições do projeto de sementes crioulas realizado pelo MMC da comunidade Pedra Grande na cidade de Pindaí-BA. Enfatizou também a respeito dos projetos em disputa na sociedade brasileira que são a gestão do Agronegócio e da Agroecologia.

O fato de encontrarmos apenas três trabalhos de conclusão de curso (Monografia de Graduação) no blog da biblioteca da UNEB – *campus* XII sobre mulheres camponesas evidencia que é uma discussão pouco frequente, o que implica um campo de conhecimento a ser desvendado. Diante do escasso número de trabalhos que se dedicam à compreensão de como se dão os modos de participação cidadã de mulheres trabalhadoras rurais sindicalizadas e seus percursos de formação e atuação nos movimentos sociais, esperamos que esta pesquisa contribua para o campo acadêmico/científico e para o âmbito da formação de professores que atuam na Educação do Campo em espaços formais e não formais.

3 Um pouco da História do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares de Urandi/BA - STTR

Em outubro de 2018, o município de Urandi-BA completa 100 anos de emancipação política, e neste centenário urandiense, 44 anos estão marcados pela existência e luta do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares de Urandi -STTR. De acordo com dados do IBGE (2010) a população urandiense é de aproximadamente 16.466 mil habitantes, sendo que destes, 10.527 residem no campo, somando um percentual de 63,9%, isto é, a maior parte da população está localizada na zona rural do município, sendo assim, a agricultura e pecuária tem um grande peso na economia do município. Em relação às mulheres, o censo demográfico de 2010 diz que 49,4% da população do município são do sexo feminino. No entanto, a participação expressiva delas em todos os espaços públicos e privados do município fazem as pessoas inferirem que a população feminina sobrepõe em números à masculina.

O surgimento do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Urandi-BA - STR, primeiro nome dado a entidade, se deu às 10 horas do dia 12 de maio do ano de 1974, no Mercado Municipal. O fato aconteceu após 278 trabalhadores rurais, sócios-fundadores, se reunirem com o propósito de criar uma entidade para defender os interesses e direitos do homem do campo. O Sr. Joaquim Gomes Pereira, conhecido como Seu Quinquinha, foi o principal idealizador desta ação, porém apesar de encabeçar o grupo dos agricultores, ele não assumiu a presidência no primeiro mandato. Após a criação da entidade, a primeira diretoria foi formada com Aduatino Pereira Rodrigues na presidência e Seu Quinquinha como secretário. Quando o STR nasceu, o Brasil passava por uma profunda crise econômica com altos índices de inflação.

No município de Urandi/BA o povo do campo sempre foi visto como inferior e desvalorizado, por isso a fundação do sindicato não foi um processo fácil, porém muito desejado. Além dos problemas políticos locais, nessa época o Brasil estava vivendo o regime de ditadura militar, sob a presidência do general Ernesto Geisel (15 de março de 1974 – 14 de março de 1979). Foi nesse contexto de tensões, disputas e lutas políticas e ideológicas que nasceu o STR de Urandi, como nos relata a Senhora Diulice, esposa do Sr. Joaquim Gomes Pereira “ele tinha um grande desejo e sonho de fundar um sindicato, pois sempre foi um homem do campo, que enfrentou muitas dificuldades, porque havia outros grupos políticos que lutou para registrar um sindicato antes dele”. O movimento sindical dos trabalhadores e trabalhadoras rurais de Urandi não é recente. Apesar da repressão durante a ditadura militar, souberam se reestruturar no final da década de 1970, tornando-se inclusive irradiador de

conquistas trabalhistas para o conjunto da sociedade. Conforme se percebe, nos anos de origem do Sindicato, os trabalhadores rurais lutavam por uma sociedade mais justa, igual e por seus direitos.

Ao analisar as 278 fichas dos sócios fundadores do STR de Urandi, identificamos que todos eram homens. Reuniram-se para discutir a criação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais sem a presença de mulheres. Supomos que nesse contexto as mulheres não tinham vez e voz. Pode-se perceber que neste período o Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais era predominantemente masculino. Não é sabido ao certo em que ano houve a inscrição da primeira mulher a se associar ao Sindicato, sabe-se apenas que ela se chamava Ester Neri, trabalhadora rural, residente à Fazenda Santa Bárbara, filha de Custódia Borges de Carvalho e o nome do pai não declarado, mulher negra, viúva, que se filiou ao sindicato aos 68 anos de idade, sendo a sócia de nº. 431.

Figura 2: Ficha de inscrição da primeira mulher filiada ao STTR de Urandi

Nº inscrição: 431
 Nome: Ester Neri
 Filiação: Custódia Borges de Carvalho e de Idade: 68 anos
 Nacionalidade: Brasileira Natural: Urandi/BA Estado civil: Viúva
 Função: Trabalhadora Rural Local de Trabalho: Fazenda Santa Bárbara Município: Urandi/BA
 Residência: Urandi/BA Cart. Prof. N.º: Série:
 Número de inscrição no I. N. P. S.:
 OBSERVAÇÕES: Cart. 5.185

Fonte: arquivo do STTR de Urandi/BA

Ao analisar os livros atas do STR de Urandi identificamos que o primeiro registro da participação de uma mulher nas reuniões e assembleias ocorreu no dia 1º de maio de 1976, em uma sessão de comemoração ao dia do trabalho. Participaram desse evento “autoridades e pessoas grandes, como o prefeito Sebastião Alves Santana e a Dr^a. Vanda Nery dos Santos, do serviço odontológico do FUNRURAL que vem atendendo satisfatoriamente os associados deste sindicato” (Ata de 01/05/76). Consta na ata que todas as autoridades presentes fizeram uso da palavra e foram aplaudidas, porém a Sr^a. Vanda não usou a palavra. É importante ressaltar que ela não era trabalhadora rural e sim a dentista que atendia os associados do STR de Urandi.

Nesse cenário, a nível nacional, as mulheres camponesas lutavam pelo direito a sindicalização, pois não era permitida a elas afiliação. A inserção delas no movimento sindical se deu de forma lenta. Foi a partir do 7º Congresso da Contag, realizado em abril de 1998, mediante aprovação da política de cotas de no mínimo 30% da presença de mulheres na

diretoria executiva do sindicato que elas começaram assumir cargos diretivos. Até então, não era permitido nem afiliação de mulheres, imagina a participação nas direções sindicais, isso significou enfrentar a exclusão e lutar pelo reconhecimento e direitos como trabalhadora rural.

Com a aprovação das cotas as mulheres pôde conquistar um espaço tradicionalmente masculino, porém em muitos casos não foi de fato uma conquista, pois cumpre-se as determinações das cotas mas não possibilita/oportuniza à mulher uma verdadeira participação. Margarida, dirigente sindical entrevistada nesta pesquisa afirma:

eu nem lembro que ano foi que ele [presidente do STTR] me convidou pra ser diretora do sindicato, aí eu lembro que ele falou assim: “mais não precisa tá saindo, tá indo pra lá trabalhar não, é só pra ter o nome lá”, aí tá bom, aí ele ficou um mandato e era só o nome, eu não participava de nada.
(MARGARIDA, agosto, 2018)

Esta afirmativa condiz com a fala Pimenta (2013, p. 167) onde relata que as formas de exercício do poder masculino comprometem a autonomia política das mulheres no cotidiano sindical. Nessa perspectiva, a participação das mulheres na direção do movimento sindical se traduz num exercício cotidiano de luta por autonomia política e liberdade para propor e agir. A ação sindical das mulheres rurais avança, mas encontra enormes barreiras numa estrutura conservadora e masculinizada.

4 Relações entre a luta das mulheres e a Educação do/no Campo, em que se assemelham?

Durante todo histórico de lutas do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais - MSTTR, sempre estiveram presentes pautas que defendem e busca mais direitos para a população do campo, já que este deve ser reconhecido como lugar de possibilidades, de oportunidades e de qualidade de vida dos agricultores e agricultoras. Dentre estas bandeiras de luta de valorização do campo como espaço próprio de demandas específicas está a pauta das mulheres em defesa da igualdade de direitos civis, políticos, jurídicos e econômicos, de valorização profissional, e de participação cidadã e a luta por uma educação contextualizada do/no campo que atenda as demandas do povo camponês.

Esta educação contextualizada é uma proposta articulada como política pública de educação para as escolas do campo é importante ressaltar que diversas conquistas no que diz respeito à educação, e as mulheres devem-se também as organizações da sociedade civil, bem como os movimentos sociais e sindicais que atuaram ao longo desta trajetória, tendo estas pautas como bandeira estratégica para o desenvolvimento do campo.

Na medida em que o MSTTR intensifica a luta contra o sistema excludente, amplia as iniciativas de educação popular, as iniciativas de formação e capacitação do povo, inserindo assim a formação com as mulheres que contribuem e somam na busca por mais direitos, bem como pela educação.

Neste contexto de relações entre a luta das mulheres e a Educação do Campo, reforçamos que muitas são as semelhanças entre ambas, uma delas trata-se da promoção da cidadania para a população do campo, pois demandam políticas públicas adequadas ao desenvolvimento do campo e dos povos do campo; a luta contra a negação de direitos; a luta pela valorização destes sujeitos; e seus processos formativos baseados na educação popular.

Uma definição que muito aproxima a relação entre a luta das mulheres e a Educação do/no Campo é o que diz Lunas e Rocha ao afirmarem que:

é necessário que se construam processos educativos que respeitem a diversidade social, geográfica, e cultural dos povos que vivem no campo e ainda que assegure uma educação não sexista, que não discrimine e não exclua as mulheres, sua contribuição e sua ação social. (LUNAS, ROCHA, 2010, p. 19)

Nesse sentido, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Urandi, juntamente com o MSTTR vem construindo processos e práticas educativas de fortalecimento da população do campo, e demandando políticas públicas que possibilite a emancipação e autonomia destes sujeitos, a exemplo de uma educação contextualizada e da permanência na luta em defesa por igualdade de gênero.

4 Mulher “é um dom, uma certa magia, uma força que nos alerta”: trajetória de mulheres trabalhadoras rurais de Urandi

A participação das mulheres nos primeiros anos do STR de Urandi era bem tímida, praticamente inexistente. Os sócios que assumiam cargos de diretores eram sempre os homens. A partir do ano de 1989, quinze anos após a fundação da entidade, na gestão do Sr. Adão dos Santos, que as mulheres compuseram pela primeira vez a chapa para a diretoria do STR. Foi eleita a primeira secretária de assalariados, a Sr^a Agenir Aparecida Gonçalves, residente na Comunidade de Salinas, nascida em 21 de Julho de 1959, filiada em 25 de outubro de 1986 (sócia nº. 2.560). Associou no STR de Urandi, em 1986, aos 27 anos de idade e tornou-se a primeira secretária mulher aos 30 anos de idade. Nesta mesma chapa, outra mulher foi eleita como suplente de secretaria de formação sindical, de imprensa e divulgação, a Sr^a. Custódia Nogueira Morais, residente à Fazenda Barreiro, nascida em 26 de Janeiro de 1946, filiada no

STR em 30 de Março de 1981 (sócia nº. 1.681) tornou-se membro suplente da diretoria em 1989, aos 43 anos de idade.

A inserção e a participação das mulheres na diretoria do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Urandi no final da década de 1980, é resultado do processo de redemocratização do Brasil. Nesse período ressurgiram e se constituíram no país muitas lutas populares que foram denominadas de movimentos sociais populares. Com a criação e as contribuições desses movimentos e das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), “foram se constituindo diferentes movimentos de mulheres trabalhadoras rurais, assim como os demais movimentos do campo”. (PALUDO, DARON, 2012, p. 482).

Em entrevista concedida a equipe do STTR de Urandi, em ocasião dos 44 anos da entidade, a Sr^a. Custódia, aos 72 anos, relata:

Acho importante a participação da mulher, porque antes era muito fraco. As mulheres de hoje tem mais estudo, sabem mais das coisas, no meu tempo não tinha isso. Hoje as mulheres participam mais, viajam, vê as coisas, passam a entender e, naquele tempo, era só aqui. (Revista, 2018, p.32).

Reconhece a importância de frequentar a escola, principalmente por conta das demandas tecnológicas. Ressalta que as mulheres mais novas têm mais anos de escolarização que as mais velhas e que nos últimos anos as mulheres tiveram mais acesso à educação, principalmente no nível superior, que antes lhe era negado. Todavia, quando falamos em obtenção de emancipação das mulheres e a conquista de direitos de participação cidadã ainda há um longo caminho de melhorias a se trilhar, visto que essas conquistas não significam exatamente a igualdade de gênero, pois ainda é visível a existência de pensamentos doutrinados que insistem em diminuir o valor da mulher e de suas conquistas. Para que haja mudança concreta é essencial reconhecer que o machismo não desapareceu, está longe disso, apenas encontrou formas mais sutis de se manifestar e isso o torna mais perigoso e cada vez mais difícil de ser combatido.

Nessa direção, Dona Honorinda, 83 anos, vanguarda da luta das mulheres trabalhadoras rurais do município de Urandi, relata sua história de vivências no/do campo, sobre a importância da participação das mulheres no movimento sindical e na sociedade, lembra que sofreu com críticas, mas ainda assim sempre foi participativa, ela relata que o povo costumava dizer “Honorinda tá sabendo demais [...]. Honorinda tá caminhando demais”, porém isso nunca a impediu de lutar pelo povo do campo, hoje, ela expressa muita alegria em fazer a comparação do antes e depois da luta e conquista das mulheres:

a mulher uns anos atrás não tinha nem vez nem voz, só servia pra trabalhar na roça e fazer serviço de casa e era só. Antes a mulher não votava, não tinha

direito na própria casa dela, pois não saia na sala quando chegava uma visita, não ia numa festa, nem na feira. Hoje a mulher se libertou um pouco, ainda tem muito sofrimento, mas hoje a mulher já vota, já faz parte da política. (Entrevista filmagem do STTR em 12/05/2018)

Dona Honorinda destaca que as principais conquistas da mulher nos últimos anos foram sua inserção no mundo do trabalho, o direito ao voto e à educação, além da participação na vida política. Todavia, uma questão que ainda a preocupa é que essas vitórias femininas ainda hoje não são vividas em sua plenitude, pois é notória a desvalorização de seu trabalho em algumas profissões, pois há mulheres que ocupam os mesmos cargos que os homens e ainda assim têm um salário menor, não por serem menos qualificadas, mas apenas por serem mulheres.

Oportuno a esse respeito são as reflexões feitas por Reis (2014) quando aborda que, infelizmente, no campo, existem muitas mulheres passivas, submissas às ordens do marido e ao modelo de comportamento atribuído à mulher por uma sociedade machista. Esse modelo ainda se vê hoje, ou seja, o papel da mulher na sociedade é ocupar-se dos afazeres domésticos e da educação dos filhos. Aquelas que se ausentam do lar, como é o caso de Honorinda, para participar de movimentos sociais e sindicais, realizar viagens, estudar, acompanhar um doente, participar de eventos, seminários, reuniões e encontros em outras cidades são vistas como transgressoras e desobedientes.

Na condição de liderança comunitária e sindical, Dona Honorinda é uma referência para as mulheres que reivindicam melhorias para a vida do povo. Ela conta que sempre foi procurada pelas pessoas de toda a região para auxiliar e acompanhar os/as agricultores/as em suas necessidades sejam elas boas ou ruins, festivas ou não. Relata que sempre ajudou as pessoas “já fiquei mais de quarenta dias no hospital acompanhando doente, gente que nem era parente, saia de Caetité de manhã, sem tomar café, vinha em Guanambi buscar um remédio, chegava a Caetité já à noite, sem almoço e nem janta”. (Dona Honorinda, 12/05/2018). Esta fala retrata um empoderamento e autonomia desta mulher camponesa que não se submeteu as várias formas de subordinação imposta às mulheres na sociedade de hoje e principalmente de sua época. E sobre essa luta, acrescenta: “nós, lavradoras rurais, sofremos demais e não temos muito valor. Se facilitar, esse povo mais pequeno, mais fraquinho, que não tem estudo sofre demais” (Entrevista do STTR dia 12/05/18)

Em decorrência da participação dos membros da diretoria do STR de Urandi em diversos espaços de formação promovidos pelo movimento sindical na década de 1990 houve uma conscientização social e política de seus membros sobre a importância de reivindicar o direito de participação em todas as tomadas de decisões da entidade. Este fator também foi

determinante para que as mulheres trabalhadoras rurais reconhecessem o direito de participar das reuniões e assembleias deliberativas e como membros da diretoria, direitos que lhes foram historicamente negados.

Aos poucos a participação das mulheres no STR de Urandi foi aumentando. Nesse contexto no ano de 1998, o presidente José Cardoso, no seu segundo mandato, criou a secretaria de mulheres, conjunta com a secretaria de jovens. Desde o início, houve uma participação expressiva das mulheres. Desse modo, no ano 2000 foi formada a Comissão Municipal de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Urandi, no intuito de divulgar, informar, conhecer e debater sobre a importância da organização sindical na vida da trabalhadora rural, como também de conscientizar a respeito dos direitos do trabalhador e trabalhadora rural. Para isso a comissão municipal realizou reuniões em várias localidades do município com o intuito de mobilizar a população camponesa sobre a necessidade e o direito de participar.

Como resultado dos investimentos feitos na mobilização e formação dos trabalhadores e trabalhadoras rurais de Urandi, no ano de 2009 houve uma análise do Estatuto Social da entidade e, conseqüentemente, algumas alterações. Por meio de solicitação das mulheres trabalhadoras rurais, o nome da entidade passou a ser Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Urandi – STTR. Na visão delas a alteração do nome é uma conquista da luta e reivindicação das mulheres por maior visibilidade. Outra alteração importante no Estatuto se refere ao desmembramento das secretarias de mulheres e de juventude. Dessa maneira foram criadas duas secretarias: uma de mulheres sobre a coordenação de Luciene Dias Matos; e a de juventude sobre a coordenação de Juliana Ferreira de Santana Aranha Martins com a finalidade de atender os interesses e demandas dos jovens e adolescentes camponeses.

Novas mudanças ocorreram nos Estatutos Sociais das entidades do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, mais precisamente no ano de 2015, e mais uma vez o nome do Sindicato sofreu alterações, passando a se chamar Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares de Urandi/BA.

Após 36 anos de fundação do STTR de Urandi, no ano de 2010, os associados elegeram Leidjane Fernandes Baleeiro, como a primeira presidenta do sindicato, mulher, jovem com 23 anos de idade, uma das mais jovens presidentas da categoria de trabalhadores e trabalhadoras rurais da Bahia. É importante ressaltar que esta conquista não se deu necessariamente pela consciência dos seus membros da necessidade de avançar na luta das mulheres por igualdade de participação cidadã e emancipação política, mas, devido ao afastamento de lideranças que já atuavam na entidade para assumir cargos políticos na gestão municipal.

À frente da diretoria sindical, Leidjane implementou mudanças significativas em toda a estrutura, ação e organização da entidade, uma dessas ações coordenada pela nova diretoria do STTR de Urandi aconteceu em agosto de 2011 com a expressiva participação das mulheres na 4ª Marcha das Margaridas, e novamente avançaram em novembro de 2014, com a reestruturação e ampliação da Comissão Municipal de Mulheres Trabalhadoras Rurais, todas representantes de comunidades diversas do município. A partir daí as ações e atividades não pararam e a base sindical passou a se animar cada vez mais, principalmente por meio da continuidade nas participações da Marcha.

Figura 3 – Comissão Municipal de Mulheres



Fonte: arquivos do STTR de Urandi-BA

Especialista em Democracia Participativa, República e Movimentos Sociais, pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e ex-assessora de gênero da Contag, Pimenta (2013) relata que graças à visibilidade das mulheres no Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR), foi possível perceber uma maior mobilização delas na luta sindical.

Em pouco mais de duas décadas, as mulheres trabalhadoras rurais organizadas no movimento sindical conquistaram espaço e visibilidade política e, por meio de estratégias de mobilização e participação, demonstraram sua capacidade articulatória e de parceria, qualificaram sua plataforma e agenda política e desencadearam processos de interlocução e negociação com o Estado, a exemplo da Marcha das Margaridas. (PIMENTA, 2013, p.155)

A autora atuou na construção e organização da Marcha das Margaridas, realizada e coordenada pela Contag. Ressaltou que esta Marcha é uma ação estratégica de mobilização e chamamento das mulheres trabalhadoras rurais, agricultoras, quilombolas, indígenas, pescadoras e extrativistas de todo o país. Segundo Pimenta (2013), a Marcha das Margaridas toma as ruas para dialogar com o governo na busca pela efetivação de políticas públicas para as mulheres do campo, da floresta e das águas. Além disso, busca cidadania igualitária e

equivalente entre os gêneros; busca a conquista da cidadania plena, visibilidade, reconhecimento político e social; busca desenvolvimento sustentável com justiça, autonomia, igualdade e liberdade.

Figura 3: Origem da Marcha das Margaridas



Conhecida pela luta sindical e por ter sido uma importante defensora dos direitos humanos, Margarida Maria Alves se tornou um grande símbolo brasileiro das lutas das mulheres por terra, igualdade e justiça. Ela nasceu em Alagoa Grande – PB no dia 05 de agosto de 1943 e foi a primeira mulher a lutar pelos direitos trabalhistas no estado da Paraíba. Rompendo com os padrões machistas, ela assumiu por 12 anos a presidência do Sindicato Rural de Alagoa Grande (PB) e fundou o Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural. A trajetória sindical de Margarida é marcada pela postura combativa dela contra o analfabetismo, exploração, injustiças e pela Reforma Agrária. No dia 12 de agosto de 1983, pouco depois de completar 50 anos, Margarida foi brutalmente assassinada. A Marcha das Margaridas foi fundada em 2000 em honra e homenagem à história dela.

Fonte: Revista do STTR de Urandi/BA (2018, p. 34)

A primeira edição da Marcha aconteceu no ano de 2000 em Brasília reunindo aproximadamente 20 mil mulheres, para isso é necessário contar com o apoio das federações e dos mais de quatro mil sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras rurais espalhados por todo país, além de outras organizações e movimentos de mulheres.

Para além da grande caminhada que é de fato a Marcha, ela acontece em todos os espaços por meio de estudos, atividades, debates, reuniões preparatórias e de vários processos de mobilização e formação de mulheres na base sindical, desde os encontros nas comunidades até culminar no grande evento que é a Marcha das Margaridas que acontece em Brasília e que se tornou a maior mobilização de mulheres da América Latina.

Vale destacar que desde o ano de 2007 as trabalhadoras rurais de Urandi participam intensamente da Marcha das Margaridas desde o momento preparatório até a culminância em Brasília, conforme mostra o quadro 3

Quadro 3: Edições das marchas das Margaridas

ANO	TEMAS	PARTICIPAÇÃO DO STTR DE URANDI/BA
2000	2000 razões para marchar: contra a fome, a pobreza e a violência sexista.	NÃO
2003	2003 razões para marchar por terra, água, salário digno, saúde e contra à violência.	NÃO
2007	2007 razões para marchar contra a fome, a pobreza e a violência sexista.	SIM
2011	2011 razões para marchar por desenvolvimento sustentável com justiça, autonomia, igualdade e liberdade.	SIM
2015	2015 Margaridas seguem em marcha por desenvolvimento	SIM

	sustentável com democracia, justiça, autonomia, igualdade e liberdade.	
2019	Margaridas na luta por democracia e garantia de direitos	Pretende

Fonte: arquivos do STTR de Urandi/BA

Conforme ilustra o quadro anterior, desde o ano de 2007, na terceira edição da Marcha das Margaridas que há a participação do STTR de Urandi. Em 2011, na quarta edição, foi um ônibus de Urandi com 40 trabalhadores e trabalhadoras para participar da Marcha das Margaridas em Brasília. Na última edição, em 2015, também houve uma quantidade expressiva de pessoas mobilizadas pelo STTR que participaram da Marcha. A próxima edição acontecerá em agosto de 2019 e a entidade já está mobilizando as mulheres a continuarem construindo a história da luta das mulheres do campo.

Figura 4: Participação do STTR de Urandi/BA na Marcha das Margaridas 2011 e 2015



Fonte: arquivos do STTR de Urandi/BA

Na avaliação das trabalhadoras rurais de Urandi a Marcha das Margaridas proporciona às mulheres do campo visibilidade, participação política, reconhecimento, emancipação e com isso há mudanças na sua vida pública e privada. Possibilitando valorizar a condição feminina em ambas as esferas, desse modo, o movimento busca realizar uma ruptura com a dominação masculina na esfera do mundo rural. Isso implica em atribuir importância às vozes e à atuação das mulheres do campo.

Ao participarem da Marcha das Margaridas as mulheres camponesas de Urandi reconhecem que melhoraram a capacidade de organização e articulação e adquiriram unidade na luta a partir da integração dos movimentos nacional e regionais. O fato de se organizarem em rede, permite uma unificação das diversas nuances dos movimentos do campo e a contemplação das diferentes demandas das mulheres em suas mais diversas condições. Por meio da articulação em rede há possibilidade dessas mulheres serem sujeitos de sua história, desestabilizando a estrutura patriarcal que insiste em se perenizar na esfera do campo. Assim, denunciam a realidade do mundo rural, no que diz respeito às assimetrias de gênero e em suas

questões sociais, econômicas e culturais mais gerais. Ao reivindicarem seus direitos pressionam o governo a voltar olhares e ações para a realidade do campo e propõem pautas para a agenda do governo. Apesar de algumas conquistas, a caminhada é longa e muito ainda falta para conquistar. Por isso elas seguem marchando.

5 Mulher “mas é preciso ter força, é preciso ter raça, e preciso ter gana sempre”: práticas educativas realizadas pelo sindicato

Neste item nos propomos apresentar algumas práticas educativas realizadas pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares de Urandi com as mulheres camponesas. Com esta exposição, pretendemos mostrar algumas experiências de auto-organização, desenvolvimento de linhas produtivas e comercialização dos produtos pelas associações oportunizadas pelo STTR de Urandi e os desdobramentos que ajudaram na ampliação da renda, na autonomia e na autoestima das mulheres.

No ano de 2012 foi realizada pela primeira vez uma *oficina de beneficiamento de frutas nativas*, ministrado por Dona Elieth Azevedo Aranha, agricultora e ex-coordenadora da Pastoral da Criança⁶ do município de Urandi. O curso teve como objetivo possibilitar novos conhecimentos, além de proporcionar oportunidade de renda para as mulheres. Após este curso, outros foram ofertados pelo STTR sempre com a finalidade de reaproveitar e valorizar as frutas da região, a exemplo, do umbu, também afim de evitar o desperdício. Com a realização destas oficinas, as frutas começaram a ser mais valorizadas e mais pessoas se capacitaram.

Figura 5: Oficina de beneficiamento de frutas nativas no STTR de Urandi/BA



Fonte: arquivo do STTR de Urandi/BA

⁶A Pastoral da Criança, organismo de Ação Social da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), vem sendo apontada como uma das mais importantes organizações de todo o mundo a trabalhar em saúde, nutrição e educação da criança do ventre materno aos seis anos de vida, envolvendo necessariamente famílias e comunidades. Para saber mais acesse o *site*: <https://www.pastoraldacrianca.org.br/>

Nesse contexto, o STTR de Urandi apoiou e oportunizou a consolidação do Grupo Sabores da Bahia, que começou a se desenvolver e a se especializar na produção de doces, polpas, geleias, entre outros produtos. O grupo Sabores da Bahia, foi contemplado por meio de um edital da Fundação Banco do Brasil e o Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES), e hoje possui uma Unidade de Beneficiamento de Frutas, vende seus produtos para o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, para os municípios de Urandi e Licínio de Almeida. Em 2018 o grupo foi contemplado com o Edital do Projeto Bahia Produtiva realizado pela Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional – CAR. Além disso, conta com o apoio e capacitações por parte do STTR desde a sua fundação. O grupo é formado por 80% de mulheres, que se sentem mais valorizadas e comprometidas com o trabalho, felizes por ter uma renda mensal digna e justa para todas as famílias que participam do projeto.

Figura 6: Grupo Sabores da Bahia - Urandi/BA



Fonte: arquivos do STTR de Urandi/BA

No intuito de possibilitar as mulheres outras aprendizagens e também ampliar a renda mensal das trabalhadoras rurais, o STTR de Urandi, no ano de 2012, ofertou a elas um *curso de corte e costura*. O curso teve como um de seus objetivos proporcionar às mulheres oportunidade de desenvolvimento profissional, promoção da autonomia e independência econômica. Após o curso, muitas mulheres tornaram-se costureiras autônomas e outras conseguiram trabalho com carteira assinada em lojas e fábricas de confecções. Há casos de mulheres que procuraram o curso como atividade de ocupação e entretenimento. Relataram que em casa se sentiam sozinhas e deprimidas e o curso foi uma oportunidade para ampliar os laços de amizade e companheirismo entre elas. Algumas disseram que ao estar no curso sentiam como se estivessem participando de uma terapia de grupo, outras falaram que o incentivo que receberam das companheiras contribuiu para que voltassem a estudar. Dessa forma, o curso se tornou um espaço de troca de informação, empoderamento, cuidado e sororidade entre elas.

Figura 7: Curso de corte e costura - Urandi/BA



Fonte: arquivo do STTR de Urandi/BA

Após a realização do curso de corte e costura, a instrutora do STTR de Urandi incentivou o grupo da Comunidade de Poções, constituído por cinco mulheres, para organizar uma fábrica de confecções. Inicialmente elas ficaram com receio e sentindo incapazes de desenvolver o projeto. No entanto, com a orientação e estímulo da instrutora, no ano de 2015, as mulheres egressas do curso de corte e costura, fundaram a Fábrica Harmonia Confecções. Sobre esta experiência, uma das integrantes do grupo, Hely Araújo, revela que: “a gente adquiriu experiência e conhecimento, porque a instrutora valorizava muito a gente e disse que a gente podia desenvolver isso. Nenhuma de nós tinha recurso financeiro, aí compramos as máquinas à prestação e fomos trabalhando e pagando até quitar tudo”. (Revista do STTR, 2018, p.35). É importante destacar que outras mulheres tornaram-se sócias do STTR de Urandi após participarem de algumas dessas práticas educativas porque tiveram a oportunidade de conhecer e valorizar a importância do movimento sindical para a vida dos agricultores e agricultoras.

Posteriormente ao curso de corte e costura o STTR passou a ofertar em 2016 o *curso de pintura em tecidos*, que além de ser ofertado na sede do STTR, passou a ser ofertado nas associações rurais e atualmente três associações comunitárias já foram beneficiadas com o curso de pintura, sendo elas associação de Cachoeira em 2016, Estreito e Núcleo I no ano de 2018.

Na perspectiva de abordar a questão da violência contra as mulheres, em virtude dos inúmeros casos de violência enfrentados por elas no município de Urandi a Comissão de Mulheres Trabalhadoras Rurais do STTR de Urandi, realizou em maio de 2017 o *ato denominado: "Não a impunidade aos agressores, queremos justiça"*. Esta ação, além de sensibilizar e alertar a população quanto às diversas formas de violência contra as mulheres, tem como objetivo cumprir seu papel de estar sempre na luta em defesa dos trabalhadores e trabalhadoras rurais.

Figura 8: Caminhada contra a violência- Urandi/BA



Fonte: arquivo do STTR de Urandi/BA

As mulheres aos poucos percebem que o empoderamento é um processo que envolve formação, consciência política, aprendizagens e trocas de saberes. Reconhecem que o sindicato e os movimentos sociais do campo são instâncias formativas e instrumento de politização das mulheres trabalhadoras rurais sindicalizadas. Destacaram que as experiências de formação proporcionadas pelo STTR de Urandi foram importantes para que elas se comprometessem com as lutas sociais e com a construção de identidades coletivas. “São esses vínculos com causas, sobretudo, ligadas à identidade, à cultura, à terra, ao território, que ampliam o próprio conceito de quem é, ou melhor, de quem são as lideranças dos MMC” (REIS; EITERER, 2017, p.3).

Ao compreender a importância da formação para qualificar e ampliar os conhecimentos das mulheres que vivem no campo, o STTR de Urandi realiza ações educativas permanentes sobre seus direitos, sobre cidadania, políticas públicas, convivência com o semiárido, assistência técnica, uso indevido de agrotóxico, legislação e outras temáticas. Como parte dessas ações, promove no mês de março de cada ano, o *Encontro de Mulheres*, em comemoração ao Dia Internacional da Mulher. O evento conta com uma numerosa participação de mulheres de diversas comunidades do município de Urandi.

Quadro 4: Encontro de Mulheres do STTR de Urandi/BA

Edições	Temática	Participantes
2001	I Encontro Municipal de Mulheres	116
2002	II Seminário de Mulheres Trabalhadoras Rurais: Psicologia da Mulher, Associativismo, Mulher no Movimento e a Mulher na Política.	236
2015	O significado do dia 08 de Março	94
2017	Mulheres contra a Reforma da Previdência e a importância da participação da mulher na sociedade.	186
2018	Mulheres em luta por uma vida sem violências	177

Fonte: Elaborado pelas pesquisadoras com dados da pesquisa.

Além de realizar encontros formativos e palestras nas comunidades locais, os membros do STTR participam de eventos regionais, estadual e nacional com o intuito de se qualificarem para compartilhar com os demais associados.

As mulheres que participaram de cursos de formação promovidos pelo STTR de Urandi nas comunidades locais ou em outros lugares reconhecem que são espaços de aprendizagens muito importantes, pois possibilitaram conhecer experiências diversas, encontrar pessoas militantes e companheiras de luta que contagiam com o entusiasmo e as novidades socializadas. Explicaram que quando retornam desses espaços formativos sentem-se mais fortalecidas e motivadas para a luta em prol de uma sociedade mais justa.

Figura 9: Encontro Municipal de Mulheres 2017 e 2018



Fonte: arquivo do STTR de Urandi/BA

Em seu planejamento anual a Comissão Municipal de Mulheres definiu que ao longo do ano a comissão se reuniria três vezes na sede do município e três vezes nas comunidades rurais distintas em *Encontros Regionais de Mulheres*. A proposta de descentralizar os encontros da sede do STTR visava possibilitar a participação e o envolvimento de mais mulheres nos espaços de formação e nos debates. Foram realizados três encontros sendo eles nas Comunidades de Figura; Boa Vista do Rio Verde e Extrema.

Figura 10: Encontro de Mulheres na Comunidade de Extrema



Fonte: arquivo do STTR de Urandi/BA

O Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – MSTTR ao longo de seus anos de luta tem desempenhado importante papel em defesa da classe trabalhadora no campo, buscando reafirmar o campo enquanto lugar de vida, sendo assim, reivindica o acesso das populações jovens, mulheres, homens, idosos, a todos os sujeitos do campo às principais políticas públicas, como saúde, educação, habitação, além de uma produção e comercialização de forma digna. Sobre as diversas práticas educativas proporcionadas pelo STTR de Urandi, Margarida destaca: “essas coisas me ajudou muito, e eu gosto de fazer esses trabalhos também, eu gosto de estar assim nesses movimentos”. E Girassol complementa: “espaços tão rico de conhecimento, de troca de experiências”.

Desse modo o MSTTR tem se organizado de forma que suas ações possam chegar mais próximo do trabalhador e trabalhadora. E tem ampliado seu debate sobre o trabalho de base, retomando essa estratégia que sempre foi meta do movimento.

6 Mas é preciso ter força, é preciso ter raça, é preciso ter sonho sempre: a juventude do STTR de Urandi

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares de Urandi, sempre se preocupou em desenvolver atividades e trabalhos voltados para a juventude rural. Nos últimos anos, a presença de jovens na diretoria do sindicato, inclusive na presidência, contribuiu para intensificar e priorizar o debate sobre a importância da juventude rural e de sua permanência no campo. Sabemos que a falta de possibilidades e oportunidades de estudo e trabalho para os jovens camponeses é grande. Esta ausência de políticas públicas faz com que eles saiam de suas propriedades que é de agricultura de subsistência para os grandes centros para trabalhar no corte de cana, colheita de laranja, café e, às vezes, na construção civil.

O STTR de Urandi sistematicamente tem desenvolvido atividades de formação para a juventude rural com o objetivo de promover ações que garantam qualidade de vida no espaço rural para juventude do campo. Além disso, vem somando esforços para integrar políticas já existentes e potencializar as iniciativas da juventude rural, criando e facilitando condições para sua permanência e sucessão no campo com base nos preceitos agroecológicos e sustentáveis.

Nesse contexto, uma conquista importante foi o Consorcio Social da Juventude Rural desenvolvido no período de 2006/2007 onde alguns jovens participaram de cursos com aulas teóricas e práticas, capacitações, encontros, visitas. Este programa era vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), e apoiado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). O Consórcio Social da Juventude tinha como finalidade proporcionar um

desenvolvimento econômico, social, político e cultural dos jovens, diminuindo também os índices de evasão escolar. Esta foi uma das primeiras ações de aproximação da juventude rural com o STTR de Urandi, e muitos jovens, que participaram do Consórcio Social da Juventude, continuam presentes no Sindicato contribuindo de diversas formas.

Incentivados pela participação nos Festivais a nível Nacional da Juventude Rural em Brasília, tendo o primeiro ocorrido no ano de 2007 e o segundo no ano de 2010, o STTR de Urandi sentiu a necessidade de levar ao conhecimento dos jovens rurais informações sobre o MSTTR e discussões políticas sobre a juventude do campo. Para isso, realizou de forma pioneira, no estado da Bahia, em setembro de 2011, o 1º Festival da Juventude Rural do município de Urandi. O festival teve o mesmo formato do evento nacional, contando com disputa de modalidades diversas de jogos entre as comunidades rurais, oficinas, palestras, apresentações de dança, música, curso de pintura, *stands* sobre saúde, murais, entre outros. Contou com a presença de mais de 300 jovens do campo, representantes de outros STTRs, e da Federação dos Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado da Bahia – FETAG-BA, além de várias outras autoridades. Foi um evento de grande resultado, pois a partir daí mais jovens viram o MSTTR como um espaço também da juventude e deu abertura para a criação dos grupos do Programa Jovem Saber.

Em 2014 foi realizado o 2º Festival Municipal da Juventude Rural, com uma participação ainda mais expressiva. No ano de 2017, aconteceu o 3º Festival da Juventude Rural do Município de Urandi com a participação de mais de 450 jovens superando as expectativas do STTR. A terceira edição do Festival contou com uma programação bastante diversificada, e os jovens tiveram a oportunidade de participar de oficinas pedagógicas, com os temas: Juventude e Educação do Campo; Juventude do Campo e Trabalho; Juventude e Convivência com o Semiárido; Juventude do Campo e Política; Juventude do Campo e Cultura corporal; Juventude e Relações de Gênero; Juventude do Campo e Diversidade; Juventude do Campo e Políticas Públicas, além de outras atividades práticas e esportivas que aconteceram de forma simultânea. Os Festivais tornaram-se um espaço de empoderamento, emancipação, debate e lazer, ou seja, o que os jovens almejam e precisam: escuta, diálogo, valorização, espaço e oportunidade de formação.

As ações realizadas com a juventude rural, bem como os demais sujeitos do campo, é também uma necessidade de formação destes sujeitos. Como exemplo de formação para os jovens e as jovens trabalhadores/as rurais o movimento sindical criou o Programa Jovem Saber. Este programa tem como objetivo desenvolver um processo de capacitação, na qual a juventude do campo debate as questões pertinentes às políticas públicas, às políticas sindicais e à

formação profissional (CONTAG, 2012). O programa é inteiramente gratuito e desenvolvido a partir de um processo de educação à distância voltado para jovens do campo na faixa etária de 16 a 32 anos. A capacitação desenvolve-se a partir da constituição de um grupo de estudos. O processo de capacitação do programa é feito de forma modular. A proposta pedagógica se baseia em discussões coletivas que proporcionam troca de experiências e o diagnóstico da realidade local. Para isso, são utilizadas cartilhas temáticas, configurando um total de oito módulos com temas que abordam: Desenvolvimento Sustentável com Sucessão Rural; Juventude, Reforma Agrária e Agricultura Familiar; Juventude, Organização da Produção e Meio Ambiente; Juventude, Organização e Gestão Sindical; Juventude e Educação do Campo; Juventude, Saúde, Direitos Sexuais e Reprodutivos; Juventude Assalariada, Direitos Trabalhistas, Sociais e Humanos e por fim, Juventude, Associativismo e Cooperativismo. O Sindicato formou diversas turmas do Programa Jovem Saber nas comunidades rurais, ampliando o debate sobre o que é ser jovem do/no campo, levantando discussões sobre os temas já citados anteriormente. É importante destacar que esta iniciativa tem dentre outros objetivos formar lideranças entre a juventude.

Outro fator relevante do programa jovem saber é que ele foi fundamental para a criação da Comissão Municipal de Jovens trabalhadores e trabalhadoras rurais do STTR de Urandi, constituída no ano de 2014 com aproximadamente 20 jovens representantes de comunidades diversas. E atualmente essa comissão é composta por 25 membros com a participação de 14 mulheres e 11 homens, a comissão é quem pensa e organiza as ações da juventude rural realizadas pelo STTR.

Vale ressaltar neste contexto de valorização da juventude do campo, a pesquisa de mestrado sobre “Jovens do campo no contexto do semiárido baiano: trabalho e relações de gênero no município de Urandi/BA” desenvolvida e apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Campo da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB, por Leijdane Fernandes Baleeiro (2016). Segundo a autora, a motivação em problematizar a temática da juventude trabalhadora rural

parte do lugar que me encontro e no qual sempre me encontrei: o campo. Esse lugar onde tensões e angústias são vivenciadas por nós, os/as jovens do campo, principalmente quando somos forçados/as a decidir entre o “ficar” ou o “sair” do campo no decorrer de nossas vidas. (BALEEIRO, 2016, p.13)

Para o desenvolvimento desse estudo, a pesquisadora optou em trabalhar com os/as jovens participantes dos grupos de estudo do Programa Jovem Saber do STTR de Urandi-BA. A metodologia utilizada para a elaboração de sua pesquisa foi o grupo focal, realizado em

quatro encontros e a cada encontro um plano de trabalho era desenvolvido para explanar e debater a cerca dos seguintes tópicos: 1) Identidades da juventude do campo; 2) Vida no campo e perspectivas para o futuro; 3) Juventudes do campo e relações de gênero; 4) Juventudes do campo: organização, participação e acesso às políticas públicas.

Como resultado desta pesquisa foi elaborado um caderno metodológico intitulado “Construindo caminhos com as juventudes do campo: do semear à colheita”. Os desdobramentos do estudo foram relevantes e significativos para a continuidade do trabalho de formação com os/as jovens do STTR de Urandi. Acreditamos que iniciativas e produto como o que foi feito por Baleeiro (2016) dá visibilidade às necessidades e demandas da juventude do campo, os valorizam e contrapõe a comum imagem do jovem que tem desinteresse pelo campo. Sobre isso, Castro (2012, p.439) afirma “a imagem de um jovem desinteressado pelo campo contribui para a invisibilidade da categoria como formadora de identidades sociais e, portanto, de demandas sociais”.

7 Quem traz na pele essa marca possui a estranha mania de ter fé na vida: idosos e idosas mais valorizados

O movimento sindical tem feito uma longa caminhada pelo reconhecimento do campo como um território com potencial de desenvolvimento, capaz de produzir, alimentar, gerar trabalho e renda, preservando o ambiente, as culturas e as tradições, e isto também envolve o público da terceira idade do campo, buscando, sobretudo, uma alternativa de vida mais equilibrada e um envelhecimento mais saudável.

Neste sentido o STTR de Urandi, atua diretamente com os idosos/as do campo por meio da Secretaria da Terceira Idade que é um setor de destaque dentro da organização, responsável para pensar e planejar as ações para este público. Em 2011, 2013, 2016 foram realizados encontros municipais com os idosos do campo. Em 2016, por exemplo, houve a participação da Secretária Nacional da Terceira Idade, Senhora Lúcia Moura, representante da Contag.

Em 2018 o STTR de Urandi realizou o I Seminário da Pessoa Idosa do Campo. Foi pioneiro dentre os demais sindicatos da região, se não da Bahia, na criação da Comissão Municipal da Pessoa Idosa do Campo. A criação da Comissão foi um passo importante na valorização das pessoas que muito contribuíram com o campo e que ainda muito contribui e a quem de fato dá a sustentabilidade financeira ao movimento sindical.

A comissão foi formada inicialmente por 25 idosos/as, e uma participação expressiva das mulheres, o que mostra que as mulheres veem ocupando todos os espaços e compreendendo a

necessidade de sua participação. Porém, para elas não é fácil organizar os tempos e garantir espaços de participação sistemática das atividades promovidas pelo STRR, já que às mulheres são atribuídas as tarefas de cuidar dos afazeres domésticos, da casa, dos filhos, do esposo, “tendo em vista que são principalmente as mulheres que cuidam dos membros mais velhos da família” (DOOL, 2012, p. 406).

Na comissão, homens e mulheres se envolvem por uma vida melhor da terceira idade do/no campo, “construindo novas relações coma sociedade, relações com o ambiente e relações consigo mesmo” (DOOL, 2012, p. 408). Por meio da participação na comissão os idosos criaram novos vínculos de amizade, espaços onde podem se expressar, contar suas histórias e sentirem-se valorizados.

9 Apontamentos finais

As mulheres do STTR de Urandi/BA participam dos movimentos sociais e sindicais motivadas pelo desejo de justiça social, a dignidade dos povos do campo e a emancipação humana. Faz parte da história dessas mulheres, desde a infância, a luta pela escolarização ao longo da vida. O STTR a partir da década de 1990 passa a ser um espaço articulador dessas lideranças, criando um ambiente de estudo e ação que estimula a participação na comunidade local e no contexto regional.

O conjunto das falas de Girassol, Margarida, Fenix e Jasmim sinaliza que as ações desenvolvidas pelo STTR só foram possíveis pelo fato de ter na presidência da instituição uma mulher. Nesse contexto elas encontraram motivos e mesmo condições para enfrentarem as discriminações de gênero, as desigualdades de poder existentes na família e no espaço público dos movimentos sociais, da igreja e do sindicato. Nessa perspectiva Fenix aborda que a participação das mulheres aumentou, “inclusive a pouca valorização e reconhecimento da mulher hoje, se deu, de acordo a participação e integração delas nas associações, sindicatos e política [...], pois elas estão cada vez mais ocupando estes espaços e sendo reconhecidas” (Fenix). A entrevistada ressalta que ao frequentar as atividades formativas promovidas pelo STTR de Urandi/BA consegue se qualificar para participar de outros espaços tornando-a capaz de se “sentir de igual para igual”.

O STTR de Urandi compreende que ações como as que vêm sendo realizadas pela entidade são espaços e oportunidades que as mulheres têm para desenvolverem uma visão crítica sobre o que é ser mulher nos dias de hoje, considera que os espaços de formação contribuem para emancipação das mulheres tornando-as mais seguras, autônomas,

participativas, politizadas. Na compreensão de Girassol isso só foi possível, graças a um processo formativo que nós participamos e também da abertura que a gente teve, da consciência que nós adquirimos, de compreender que a mulher precisa ser valorizada, que a mulher precisa ser respeitada em todas as instâncias da sociedade.

Nessa perspectiva, o STTR, para as mulheres que nele transita, se constitui e se revela enquanto instância formativa. Relação que comporta o afeto, como ato que comove o outro, que forma, que politiza e que desenvolve ações coletivas em uma esfera sociocultural, na qual os sujeitos coletivos interagem, criam espaços de solidariedade, praticam uma cidadania em processo, vivenciam práticas educativas que propiciam múltiplas aprendizagens, reivindicam direitos e buscam mudar a sociedade em que vivem. Enfim, a sabedoria revelada no modo de transitar nesse universo é o que compreendemos como lugar de cultura, de arte, de geração de renda, de debate sobre questões de gênero e de desigualdade sociais em que vivem homens e mulheres do campo.

A pesquisa evidenciou que muitas mulheres conquistaram sua emancipação, autonomia e uma consciência crítica com relação as desigualdades de gênero, devido a participação em espaços de educação não formal, porém esta participação é marcada por um exercício cotidiano de lutas que incomodou muitos que viram seus interesses serem atingidos pelo protagonismo das mulheres. Infelizmente, na conjuntura atual intensificou essas atitudes de ódio e desqualificação da mulher, gerando um desmonte de políticas públicas e negação de direitos que compromete a pauta de reivindicação construída nos últimos anos.

As mulheres do STTR de Urandi/BA, por meio de práticas educativas e de convivência, fomentam a luta por sobrevivência e por uma vida digna. Essas ações requerem o desenvolvimento de diversos saberes, os quais se constituem por uma formação associada à ação e a participação cidadã. Formação, por sua vez, alcançada por uma batalha contínua dessas lideranças, que, ao agirem, constroem novas possibilidades para a condição da mulher, pois conquistam a esfera pública, atuando na direção do sindicato do qual fazem parte.

REFERENCIAS:

BALEEIRO, Leidjane Fernandes. **Jovens do Campo no Contexto do Semiárido Baiano: Trabalho e Relações de Gênero no Município de Urandi/BA.** 2016. Dissertação (Mestrado em Educação do Campo) - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

BRASIL. **IBGE CENSO 2010.** Disponível em:
<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/urandi/pesquisa/23/25207?tipo=ranking&indicador=2518>.
 Acesso em: 21 agosto 2018.

CASTRO, Elisa Guaraná de. Juventude do Campo. In.: CALDART, R. S; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (org). **Dicionário da Educação do Campo.** Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

CISNE, Mirla. **Gênero, Divisão Sexual do Trabalho e Serviço Social.** São Paulo: Outras expressões. 2012.

CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. Programa Jovem Saber: Lições do Jovem Saber. Brasília: 2012

DOLL Jobannes. Idosos do Campo. In.: CALDART, R. S; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (org). **Dicionário da Educação do Campo.** Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

GREEN, J. L.; DIXON, C. N.; ZAHARLICK, A. “A etnografia como uma lógica de investigação”. **Educação em Revista.** n. 42, p. 13-79, 2005.

LUNAS, Alessandra da Costa; ROCHA, Eleine Novaes. Histórico da Luta do MSTTR pela Construção de Políticas Públicas de Educação do campo. In. LUNAS, A. C.; ROCHA, E. N. (orgs.). **Práticas Pedagógicas de Educadores(as) do Campo:** Caderno Pedagógico da Educação do Campo. 2ed. Brasília: Dupligráfica, 2010.

MARCHA DAS MARGARIDAS 2007, Cadernos de textos para estudos e debates. Elaboração: CONTAG, 2007.

PALUDO, Conceição; DARON, Vanderleia Laodete Pulga. Movimento de Mulheres Camponesas (MMC Brasil). In.: CALDART, R. S; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (org). **Dicionário da Educação do Campo.** Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

PIMENTA, Sara Deolinda Cardoso. Participação, Poder e Democracia: mulheres trabalhadoras no sindicalismo rural. In: SILVA, Eduardo Moreira da, SOARES, Leonardo Barros (orgs.). **Políticas Públicas e Formas Societárias de Participação.** Belo Horizonte : UFMG / FAFICH/UFMG, 2013.

REVISTA MARCHA DAS MARGARIDAS 2007, Publicação da comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Contag, março 2008.

RIBEIRO, Adriana de Oliveira; PRATES, Denise dos Santos; JESUS, Maria Madalena Pereira de. **Educação não formal e Movimentos Sociais do Campo: instâncias formativas e instrumento de politização das mulheres trabalhadoras rurais sindicalizadas**. 2010. 80 f. Monografia (Graduação em Pedagogia) - Universidade do Estado da Bahia, 2010. Disponível em: <https://biblioteca-uneb-dedc-12.webnode.com/products/educacao-nao-formal-emovimentos-sociais-do-campo-instancias-formativas-e-instrumento-de-politizacao-dasmulheres-trabalhadoras-rurais-sindicalizadas1/>. Acesso em: 7 nov. 2017.

REIS, Sônia Maria Alves de Oliveira; EITERER, Carmem Lúcia. “**Nem tudo são flores**”: A interface da Educação Popular e um modo de ser mulher, mãe e líder nas Comunidades Eclesiais De Base. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 38, 2017, São Luís, MA. Anais...[online], 2012. p. 1 – 17.

REIS, Sônia Maria Alves de Oliveira. **Mulheres camponesas e culturas do escrito: trajetórias de lideranças comunitárias construídas nas CEBs**. 2014. 262 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

SILVA, Jarbas Vieira da. **De olhos abertos lhe direi**: as contribuições do projeto de sementes crioulas desenvolvido pelo Movimento de Mulheres Camponesas no município de Pindaí-BA. 2012. 85 f. Monografia (Bacharelado em Administração) - Universidade do Estado da Bahia, 2012. Disponível em: <https://biblioteca-uneb-dedc-12.webnode.com/products/de-olhos-abertoslhe-direi-as-contribuicoes-do-projeto-de-sementes-crioulas-desenvolvido-pelo-movimento-demulheres-camponesas-no-municipio-de-pindai-bahia/>. Acesso em: 7 nov. 2017.

SILVA, Gleiciara Ferreira; OLIVEIRA, Janete Silva Brito. **Trajetórias de vida, atuação comunitária e práticas educativas de mulheres camponesas de Caculé – Bahia**. 2017. 99 f. Monografia (Graduação em Pedagogia) - Universidade do Estado da Bahia, 2017.

STTR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras familiares de Urandi. **Revista: Memórias, Trajetórias e Lutas: A história do STTR de Urandi**. Urandi, jun. 2018.